



CÓD: OP-0400T-22
7908403528424

SAQUAREMA-RJ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Professor Docente-2- Educação Física

EDITAL Nº 01/2022

Português

1. Organização textual: interpretação dos sentidos construídos nos textos verbais e não verbais; características de textos descritivos, narrativos e dissertativos.....	5
2. Discursos direto e indireto	13
3. Elementos de coesão e coerência.	16
4. Aspectos semânticos e estilísticos: sentido e emprego dos vocábulos; tempos, modos e aspectos do verbo; uso dos pronomes; metáfora, metonímia, antítese, eufemismo, ironia	17
5. Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos	17
6. Processos de constituição dos enunciados: coordenação, subordinação	25
7. Concordância verbal e nominal.	27
8. Regência verbal e nominal	29
9. Colocação e ordem de palavras na frase	29
10. Sistema gráfico: ortografia	30
11. Regras de acentuação	31
12. Uso dos sinais de pontuação.	31
13. Funções da linguagem e elementos da comunicação	32

Legislação Educacional e suas atualizações

1. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90	43
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/96	79
3. Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/15	94
4. Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/14	110
5. Base Nacional Comum Curricular	125
6. Plano Municipal de Educação de Saquarema	162
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica	162

Conhecimentos Gerais do Município

1. Primeiras ocupações, evolução histórica, econômica e administrativa: dados relevantes.....	171
2. Informações básicas sobre área, altitude, clima, relevo; Sistemas costeiro, lagunar e hidrográfico; Parques, unidades de conservação e áreas de proteção ambiental da região	171
3. Localização do Município, população, limites municipais, distritos; vias de acesso; Características urbanas; Atividades econômicas predominantes; Serviços básicos	172
4. Patrimônio natural, histórico, material e imaterial. Datas comemorativas; atrações, eventos e espaços de destaque do Município; Posição do Município na divisão regional turística do Estado e sua classificação.....	172
5. Aspectos e indicadores sociais, econômicos e financeiros.....	173
6. Autonomia, poderes e símbolos municipais. Divisão administrativa do Município. Competências municipais: privativas, comuns e suplementares. Vedações.....	173
7. Organização dos poderes: Câmara e Prefeitura. Câmara Municipal: funções, competências privativas, posse, funcionamento. Conceitos sobre mandato, legislatura, sessão legislativa, sessões ordinárias e extraordinárias; comissões permanentes e especiais. Regimento Interno, Processo Legislativo. Mesa Diretora: membros, eleição, atribuições e composição. Número de vereadores na Câmara Municipal de Saquarema. Convocações da Câmara e prazo para os órgãos do poder executivo prestarem informações e apresentarem documentos requisitados pela Câmara.....	173
8. Prefeito Municipal: Competências privativas, posse, substituição, proibições, licenças. Leis de sua iniciativa. Auxiliares diretos. Julgamento de crimes e infrações do Prefeito. Atos de competência do Prefeito e seus conteúdos específicos. Atos municipais: publicidade. Prazos da Câmara e da Prefeitura para o fornecimento de certidões aos interessados. Estrutura administrativa da Prefeitura: órgãos de administração direta e indireta.....	174

9. Fiscalização contábil e financeira; Controle interno e externo. Tributos municipais e administração tributária. Administração de bens patrimoniais e de obras e serviços públicos. Orçamento, suas leis e características, vedações, emendas e execução orçamentária	199
---	-----

Conhecimentos Específicos

Professor Docente-2 - Educação Física

1. Educação Física no contexto da Educação;.....	201
2. Função social da Educação Física;	201
3. Objetivos gerais da Educação Física;.....	202
4. Avaliação em Educação Física;.....	202
5. Papel do professor de Educação Física;.....	203
6. Metodologia e didática do ensino de educação física;	203
7. Organização do conhecimento e abordagem metodológica;	203
8. Critérios de seleção e organização de conteúdo;	204
9. Novas perspectivas para a Educação Física;	204
10. Base Nacional Comum Curricular	205
11. Educação Física Sociedade e Cultura;	210
12. História da Educação Física no Brasil;	214
13. Educação Física e lazer; Aprendizagem motora e Desenvolvimento Motor;	220
14. Psicologia da aprendizagem;.....	249
15. Psicologia do esporte;	249
16. Diferenças psicofísicas entre idades;.....	250
17. Fisiologia do exercício;	250
18. Treinamento desportivo: crescimento da criança e do adolescente, treinamento da criança e do adolescente, princípios científicos do treinamento;	253
19. Esportes Individuais e Esportes coletivos (Fundamentos técnicos e táticos; Sistemas de defesa e ataque);.....	254
20. Regras e penalidades;.....	262
21. Organização de eventos esportivos. Jogos e Brincadeiras;.....	262
22. Lutas;	263
23. Atividades Rítmicas e Expressivas (Danças);	263
24. Ginásticas;	264
25. Educação Física Inclusiva;	264
26. Atividade física e promoção da Saúde; Atividade física na prevenção e controle de doenças; Educação física e saúde pública.	265
27. Neurociência e Educação.....	265

PORTUGUÊS

ORGANIZAÇÃO TEXTUAL: INTERPRETAÇÃO DOS SENTIDOS CONSTRUÍDOS NOS TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS; CARACTERÍSTICAS DE TEXTOS DESCRITIVOS, NARRATIVOS E DISSERTATIVOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual

- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada “Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:
 A é igual a B.
 A é igual a C.
 Então: C é igual a B.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o auditório, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz “A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma “Amigo de amigo meu é meu amigo” não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz “Todos os políticos são ladrões”, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E SUAS ATUALIZAÇÕES

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI Nº 8.069/90

LEI FEDERAL Nº 8.069/90 – DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei federal (8.069 promulgada em julho de 1990), que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Trata-se de um ramo do direito especializado, dividido em partes geral e especial, onde a primeira traça, como as demais codificações existentes, os princípios norteadores do Estatuto. Já a segunda parte estrutura a política de atendimento, medidas, conselho tutelar, acesso jurisdicional e apuração de atos infracionais.

A partir do Estatuto, crianças e adolescentes brasileiros, sem distinção de raça, cor ou classe social, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres, considerados como pessoas em desenvolvimento a quem se deve prioridade absoluta do Estado.

O objetivo estatutário é a proteção dos menores de 18 anos, proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizentes com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando para a vida adulta em sociedade.

O ECA estabelece direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária para meninos e meninas, e também aborda questões de políticas de atendimento, medidas protetivas ou medidas socioeducativas, entre outras providências. Trata-se de direitos diretamente relacionados à Constituição da República de 1988.

Para o Estatuto, considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela compreendida entre doze e dezoito anos. Entretanto, aplica-se o estatuto, excepcionalmente, às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade, em situações que serão aqui demonstradas.

Dispõe, ainda, que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, por qualquer pessoa que seja, devendo ser punido qualquer ação ou omissão que atente aos seus direitos fundamentais. Ainda, no seu artigo 7º, disciplina que a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

As medidas protetivas adotadas pelo ECA são para salvaguardar a família natural ou a família substituta, sendo está última pela guarda, tutela ou adoção. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional, a tutela pressupõe todos os deveres da guarda e pode ser conferida a pessoa de até 21 anos incompletos, já a adoção atribui condição de filho, com mesmos direito e deveres, inclusive sucessórios.

A instituição familiar é a base da sociedade, sendo indispensável à organização social, conforme preceitua o art. 226 da CR/88. Não sendo regra, mas os adolescentes correm maior risco quando fazem parte de famílias desestruturadas ou violentas.

Cabe aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos, não constituindo motivo de escusa a falta ou a carência de recursos materiais, sob pena da perda ou a suspensão do pátrio poder.

Caso a família natural, comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, descumpra qualquer de suas obrigações, a criança ou adolescente serão colocados em família substituta mediante guarda, tutela ou adoção.

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Por tal razão que a responsabilidade dos pais é enorme no desenvolvimento familiar e dos filhos, cujo objetivo é manter ao máximo a estabilidade emocional, econômica e social.

A perda de valores sociais, ao longo do tempo, também são fatores que interferem diretamente no desenvolvimento das crianças e adolescentes, visto que não permanecem exclusivamente inseridos na entidade familiar.

Por isso é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Tanto que cabe a sociedade, família e ao poder público proibir a venda e comercialização à criança e ao adolescente de armas, munições e explosivos, bebida alcoólicas, drogas, fotos de artifício, revistas de conteúdo adulto e bilhetes lotéricos ou equivalentes.

Cada município deverá haver, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local, regularmente eleitos e empossados, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

O Conselho Tutelar é uma das entidades públicas competentes a salvaguardar os direitos das crianças e dos adolescentes nas hipóteses em que haja desrespeito, inclusive com relação a seus pais e responsáveis, bem como aos direitos e deveres previstos na legislação do ECA e na Constituição. São deveres dos Conselheiros Tutelares:

1. Atender crianças e adolescentes e aplicar medidas de proteção.
2. Atender e aconselhar os pais ou responsável e aplicar medidas pertinentes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
3. Promover a execução de suas decisões, podendo requisitar serviços públicos e entrar na Justiça quando alguém, injustificadamente, descumprir suas decisões.
4. Levar ao conhecimento do Ministério Público fatos que o Estatuto tenha como infração administrativa ou penal.
5. Encaminhar à Justiça os casos que a ela são pertinentes.
6. Tomar providências para que sejam cumpridas as medidas sócio-educativas aplicadas pela Justiça a adolescentes infratores.
7. Expedir notificações em casos de sua competência.
8. Requirir certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes, quando necessário.

9. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentaria para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

10. Entrar na Justiça, em nome das pessoas e das famílias, para que estas se defendam de programas de rádio e televisão que contrariem princípios constitucionais bem como de propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

11. Levar ao Ministério Público casos que demandam ações judiciais de perda ou suspensão do pátrio poder.

12. Fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais que executem programas de proteção e socioeducativos.

Considerando que todos têm o dever de zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, havendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra alguma criança ou adolescente, serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar para providências cabíveis.

Ainda com toda proteção às crianças e aos adolescentes, a delinquência é uma realidade social, principalmente nas grandes cidades, sem previsão de término, fazendo com que tenha tratamento diferenciado dos crimes praticados por agentes imputáveis.

Os crimes praticados por adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos são denominados atos infracionais passíveis de aplicação de medidas socioeducativas. Os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente disciplinam situações nas quais tanto o responsável, quanto o menor devem ser instados a modificarem atitudes, definindo sanções para os casos mais graves.

Nas hipóteses do menor cometer ato infracional, cuja conduta sempre estará descrita como crime ou contravenção penal para os imputáveis, poderão sofrer sanções específicas aquelas descritas no estatuto como medidas socioeducativas.

Os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, mas respondem pela prática de ato infracional cuja sanção será desde a adoção de medida protetiva de encaminhamento aos pais ou responsável, orientação, apoio e acompanhamento, matrícula e frequência em estabelecimento de ensino, inclusão em programa de auxílio à família, encaminhamento a tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, abrigo, tratamento toxicológico e, até, colocação em família substituta.

Já o adolescente entre 12 e 18 anos incompletos (inimputáveis) que pratica algum ato infracional, além das medidas protetivas já descritas, a autoridade competente poderá aplicar medida socioeducativa de acordo com a capacidade do ofensor, circunstâncias do fato e a gravidade da infração, são elas:

1) Advertências – admoestação verbal, reduzida a termo e assinada pelos adolescentes e genitores sob os riscos do envolvimento em atos infracionais e sua reiteração,

2) Obrigação de reparar o dano – caso o ato infracional seja passível de reparação patrimonial, compensando o prejuízo da vítima,

3) Prestação de serviços à comunidade – tem por objetivo conscientizar o menor infrator sobre valores e solidariedade social,

4) Liberdade assistida – medida de grande eficácia para o enfretamento da prática de atos infracionais, na medida em que atua juntamente com a família e o controle por profissionais (psicólogos e assistentes sociais) do Juizado da Infância e Juventude,

5) Semiliberdade – medida de média extremidade, uma vez que exigem dos adolescentes infratores o trabalho e estudo durante o dia, mas restringe sua liberdade no período noturno, mediante recolhimento em entidade especializada

6) Internação por tempo indeterminado – medida mais extrema do Estatuto da Criança e do Adolescente devido à privação total da liberdade. Aplicada em casos mais graves e em caráter excepcional.

Antes da sentença, a internação somente pode ser determinada pelo prazo máximo de 45 dias, mediante decisão fundamentada baseada em fortes indícios de autoria e materialidade do ato infracional.

Nessa vertente, as entidades que desenvolvem programas de internação têm a obrigação de:

1) Observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;

2) Não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação,

3) Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente,

4) Diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares,

5) Oferecer instalações físicas em condições adequadas, e toda infraestrutura e cuidados médicos e educacionais, inclusive na área de lazer e atividades culturais e desportivas.

6) Reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente.

Uma vez aplicada as medidas socioeducativas podem ser implementadas até que sejam completados 18 anos de idade. Contudo, o cumprimento pode chegar aos 21 anos de idade nos casos de internação, nos termos do art. 121, §5º do ECA.

Assim como no sistema penal tradicional, as sanções previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente apresentam preocupação com a reeducação e a ressocialização dos menores infratores.

Antes de iniciado o procedimento de apuração do ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder o perdão (remissão), como forma de exclusão do processo, se atendido às circunstâncias e consequências do fato, contexto social, personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente institui medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis de encaminhamento a programa de proteção a família, inclusão em programa de orientação a alcoólatras e toxicômanos, encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, encaminhamento a cursos ou programas de orientação, obrigação de matricular e acompanhar o aproveitamento escolar do menor, advertência, perda da guarda, destituição da tutela e até suspensão ou destituição do pátrio poder.

O importante é observar que as crianças e os adolescentes não podem ser considerados autênticas propriedades de seus genitores, visto que são titulares de direitos humanos como quaisquer pessoas, dotados de direitos e deveres como demonstrado.

A implantação integral do ECA sofre grande resistência de parte da sociedade brasileira, que o considera excessivamente paternalista em relação aos atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes, uma vez que os atos infracionais estão ficando cada vez mais violentos e reiterados.

Consideram, ainda, que o estatuto, que deveria proteger e educar a criança e o adolescente, na prática, acaba deixando-os sem nenhum tipo de punição ou mesmo ressocialização, bem como é utilizado por grupos criminosos para livrar-se de responsabilidades criminais fazendo com que adolescentes assumam a culpa.

Cabe ao Estado zelas para que as crianças e adolescentes se desenvolvam em condições sociais que favoreçam a integridade física, liberdade e dignidade. Contudo, não se pode atribuir tal responsabilidade apenas a uma suposta inaplicabilidade do estatuto

da criança e do adolescente, uma vez que estes nada mais são do que o produto da entidade familiar e da sociedade, as quais têm importância fundamental no comportamento dos mesmos.¹

Últimas alterações no ECA

As mais recentes:

São quatro os pontos modificados no ECA durante a atual administração:

- A instituição da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, na lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019;

- A criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas - na lei nº 13.812, de 16 de março 2019;

- A mudança na idade mínima para que uma criança ou adolescente possa viajar sem os pais ou responsáveis e sem autorização judicial, passando de 12 para 16 anos - na mesma lei nº 13.812;

- A mudança na lei sobre a reeleição dos conselheiros tutelares, que agora podem ser reeleitos por vários mandatos consecutivos, em vez de apenas uma vez - lei 13.824, de 9 de maio 2019.

Lei nº 13.509/17, publicada em 22 de novembro de 2017 altera o ECA ao estabelecer novos prazos e procedimentos para o trâmite dos processos de adoção, além de prever novas hipóteses de destituição do poder familiar, de apadrinhamento afetivo e disciplinar a entrega voluntária de crianças e adolescentes à adoção.

Lei Federal nº 13.431/2017 – Lei da Escuta Protegida

Esta lei estabelece novas diretrizes para o atendimento de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violências, e que frequentemente são expostos a condutas profissionais não qualificadas, sendo obrigados a relatar por várias vezes, ou para pessoas diferentes, violências sofridas, revivendo desnecessariamente seu drama.

Denominada “Lei da Escuta Protegida”, essa lei tem como objetivo a proteção de crianças e adolescentes após a revelação da violência sofrida, promovendo uma escuta única nos serviços de atendimento e criando um protocolo de atendimento a ser adotado por todos os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Lei 13.436, de 12 de abril de 2017 - Garantia do direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação

Esta lei introduziu no artigo 10 do ECA uma responsabilidade adicional para os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares: daqui em diante eles estão obrigados a acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar.

Lei 13.438, de 26 de abril de 2017 – Protocolo de Avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças

Esta lei determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) será obrigado a adotar protocolo com padrões para a avaliação de riscos ao desenvolvimento psíquico de crianças de até 18 meses de idade. A lei estabelece que crianças de até 18 meses de idade façam acompanhamento através de protocolo ou outro instrumento de detecção de risco. Esse acompanhamento se dará em consulta pediátrica. Por meio de exames poderá ser detectado precocemente, por exemplo, o transtorno do espectro autista, o que permitirá um melhor acompanhamento no desenvolvimento futuro da criança.

Lei nº 13.440, de 8 de maio de 2017 – Aumento na penalização de crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes

Esta lei promoveu a inclusão de mais uma penalidade no artigo 244-A do ECA. A pena previa reclusão de quatro a dez anos e multa nos crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Agora o texto está acrescido de perda de bens e que os valores advindos dessas práticas serão revertidos em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime.

Lei nº 13.441, de 8 de maio de 2017 - Prevê a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente

Esta lei prevê a infiltração policial virtual no combate aos crimes contra a dignidade sexual de vulneráveis. A nova lei acrescentou ao ECA os artigos 190-A a 190-E e normatizou a investigação em meio cibernético.

Revogação do artigo 248 que versava sobre trabalho doméstico de adolescentes

Foi revogado o artigo 248 do ECA que possibilitava a regularização da guarda de adolescentes para o serviço doméstico. A Constituição Brasileira proíbe o trabalho infantil, mas este artigo estabelecia prazo de cinco dias para que o responsável, ou novo guardião, apresentasse à Vara de Justiça de sua cidade ou comarca o adolescente trazido de outra localidade para prestação de serviço doméstico, o que, segundo os autores do projeto de lei que resultou na revogação do artigo, abria espaço para a regularização do trabalho infantil ilegal.

Lei 13.306 de 2016 publicada no dia 04 de julho, alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente fixando em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.²

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei federal (8.069 promulgada em julho de 1990), que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Trata-se de um ramo do direito especializado, dividido em partes geral e especial, onde a primeira traça, como as demais codificações existentes, os princípios norteadores do Estatuto. Já a segunda parte estrutura a política de atendimento, medidas, conselho tutelar, acesso jurisdicional e apuração de atos infracionais.

Na presente Lei estão dispostos os procedimentos de adoção (Livro I, capítulo V), a aplicação de medidas socioeducativas (Livro II, capítulo II), do Conselho Tutelar (Livro II, capítulo V), e também dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

O objetivo estatutário é a proteção dos menores de 18 anos, proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizentes com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando para a vida adulta em sociedade.

O ECA estabelece direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária para meninos e meninas, e também aborda questões de políticas de atendimento, medidas protetivas ou medidas socioeducativas, entre outras providências. Trata-se de direitos diretamente relacionados à Constituição da República de 1988.

Dispõe a Lei 8.069/1990 que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, por qualquer pessoa que seja, devendo ser punido qualquer ação ou omissão que atente aos seus direitos fundamentais.

1 Fonte: www.ambito-juridico.com.br – Texto adaptado de Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas / Cesar Leandro de Almeida Rabelo

2 Fonte: www.equipeagoraepasso.com.br/www.g1.globo.com

CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

PRIMEIRAS OCUPAÇÕES, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA: DADOS RELEVANTES

Em outubro de 1534, os padres da Ordem do Carmo construíram uma capela da qual se originou o povoado de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema. Em 1755, o povoado passou a freguesia, constituindo-se a pesca principal atividade do núcleo. A criação do município ocorreu em 1841, sendo o povoado elevado à categoria de vila. O desenvolvimento reduzido do município determinou sua extinção em 1859, voltando Saquarema a freguesia e passando a sede para Araruama.

Um súbito progresso provocado pelo avanço do café, no entanto, restaurou o município, sendo Saquarema restituída à condição de vila em 1860. Estabeleceu-se uma agricultura próspera, baseada na mão-deobra escrava, que sofreu forte retrocesso com a Lei Áurea e o conseqüente êxodo dos trabalhadores. Em 1890, a vila de Saquarema foi elevada à categoria de cidade.

A sede municipal apresenta topografia extremamente suave e caracteriza-se como centro histórico constituído pelas áreas próximas à Igreja Matriz, implantada no século XVI, no alto do pontal rochoso, entre a Lagoa de Saquarema e o oceano.

Sua expansão decorreu do surgimento de grande número de loteamentos a partir de 1950, quando a função de local de veraneio passou a constituir o principal vetor de crescimento do núcleo urbano.

A implantação da rodovia Amaral Peixoto, a RJ-106, associada às condições do local onde se estruturou o núcleo histórico foram responsáveis pela formação do eixo comercial em Bacaxá.

Seu desenvolvimento decorreu de sua posição em relação à rodovia e localização na entrada para diversos loteamentos, q e se formaram ao longo das praias. A conquista de novos espaços junto à lagoa levou o núcleo histórico a desenvolver-se em sua direção, originando na atualidade uma única aglomeração.

INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE ÁREA, ALTITUDE, CLIMA, RELEVO; SISTEMAS COSTEIRO, LAGUNAR E HIDROGRÁFICO; PARQUES, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO

Distante cerca de cem quilômetros da capital do estado, possui as seguintes praias: Vila, Prainha, Itaúna, Barrinha, Boqueirão, Barra Nova, Jaconé, Vilatur, entre outras, com condições favoráveis à prática do surfe. Uma das mais famosas é a Praia de Itaúna, que é conhecida como “o Maracanã do surfe”.

O Município de Saquarema é dividido em três distritos - Saquarema, Bacaxá e Sampaio Corrêa.

Saquarema é o primeiro distrito do município, onde fica a sede do município e todos os prédios da administração pública municipal: Prefeitura, Câmara de Vereadores, Fórum, Ministério Público, Defensoria Pública, Sede da OAB, Conselho Tutelar, Delegacia Legal, dentre outros. Além de abrigar a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazareth, as praias mais famosas da cidade (Vila e Itaúna), é o point da vida noturna da cidade, onde estão concentrados a maioria dos

bares, restaurantes e casas noturnas. A Praça principal, localizada no Centro, abriga a famosa Feira do Artesanato, em que muitos expositores, inclusive estrangeiros, vendem de tudo: desde pequenos souvenirs da cidade até bonitas joias de prata.

Bacaxá é o segundo distrito de Saquarema, famoso por ser o distrito onde se localiza o Boavista Sport Club, time de futebol que atualmente disputa a primeira divisão do Campeonato Estadual do Rio de Janeiro. Também é conhecido por ser o centro comercial de Saquarema, conta com a ETE Helber Vignoli Muniz, a maior escola técnica do Rio de Janeiro, que oferece vários professores e cursos profissionalizantes, formando técnicos para a população local. Bacaxá é cortada pelo famoso rio Bacaxá, principal ponto turístico do distrito.

Sampaio Corrêa é o terceiro distrito de Saquarema e o segundo maior do município, com população não divulgada. É conhecido pelo Sampaio Corrêa Futebol e Esporte, time de futebol que disputa a segunda divisão do Campeonato Carioca. Também é conhecido por ter possuído, nas décadas de 60 e 70, a usina de cana-de-açúcar Santa Luiza que chegou a ser a segunda maior produtora de cana-de-açúcar do estado do Rio de Janeiro, perdendo apenas para o município de Campos dos Goytacazes.

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Área da unidade territorial [2021]	352,130 km ²
Esgotamento sanitário adequado [2010]	54,6 %
Arborização de vias públicas [2010]	59,6 %
Urbanização de vias públicas [2010]	21,4 %
População exposta ao risco [2010]	Sem dados
Bioma [2019]	Mata Atlântica
Sistema Costeiro-Marinho [2019]	Pertence
Hierarquia urbana [2018]	Metrópole Nacional (1B) - Município i...
Região de Influência [2018]	Arranjo Populacional do Rio de Janeir...
Região intermediária [2021]	Rio de Janeiro
Região imediata [2021]	Rio de Janeiro
Mesorregião [2021]	Baixadas
Microrregião [2021]	Lagos

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO, POPULAÇÃO, LIMITES MUNICIPAIS, DISTRITOS; VIAS DE ACESSO; CARACTERÍSTICAS URBANAS; ATIVIDADES ECONÔMICAS PREDOMINANTES; SERVIÇOS BÁSICOS

Os principais acessos rodoviários são:

RJ-106 - Rodovia Amaral Peixoto

RJ-118 - Estr. Sampaio Corrêa - Jaconé - Ponta Negra.

RJ-124 - Via Lagos

RJ-128 - Av. Saquarema/Estrada do Palmital

Saquarema também já foi atendida por transporte ferroviário no período entre 1913 a 1962 pela Estrada de Ferro Maricá, nos distritos de Sampaio Corrêa e Bacaxá. A ferrovia ligava o município as cidades de São Gonçalo e Maricá, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a também cidade litorânea de Cabo Frio, o ponto terminal da linha férrea. Seu trajeto cortava grande parte do litoral da região das Baixadas Litorâneas, mais conhecida como Região dos Lagos e tinha como função escoar a produção agrícola, açucareira e salineira e a pesca da região, além do transporte de passageiros que seguiam rumo a Niterói, para em seguida se deslocarem à capital Rio de Janeiro por meio de barcas.

No distrito de Sampaio Corrêa, a ferrovia também atendia com sua demanda de transportes, a antiga Usina Santa Luzia, considerada a maior da região na época. No ano de 1943, a EFM foi repassada à Estrada de Ferro Central do Brasil, passando a ser denominada como Ramal de Cabo Frio. Em seus últimos anos, havia sido repassada à Estrada de Ferro Leopoldina. Os últimos trens de passageiros e de cargas circularam pela cidade no dia 16 de janeiro de 1962, desativando o trecho que atravessava o município. Em 1966, a linha férrea foi erradicada de Saquarema, o que ocasionou prejuízos econômicos à região posteriormente.

POPULAÇÃO

População estimada [2021]	91.938 pessoas
População no último censo [2010]	74.234 pessoas
Densidade demográfica [2010]	209,96 hab/km ²

PATRIMÔNIO NATURAL, HISTÓRICO, MATERIAL E IMATERIAL. DATAS COMEMORATIVAS; ATRAÇÕES, EVENTOS E ESPAÇOS DE DESTAQUE DO MUNICÍPIO; POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NA DIVISÃO REGIONAL TURÍSTICA DO ESTADO E SUA CLASSIFICAÇÃO

Turismo

Praia da Vila, do alto do morro da igreja Nossa Senhora de Nazareth.

Templo do Rock, em Itaúna.

Cidade predominantemente turística, é conhecida também como “A Capital Nacional do Surfe”. As ondas de suas praias estão entre as melhores do país. Além dos campeonatos de surfe nacionais e internacionais, as festas religiosas constituem um importante atrativo para o turismo local.

As principais atrações turísticas da cidade são:

Praias (sendo as principais as da Vila e de Itaúna)

Lagoas (como a Lagoa de Saquarema)

Cachoeiras

Morros

O Sambaqui da Beirada (sítio arqueológico de 4 500 anos);
A Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazareth, criada em 1630;
A Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, situada num outeiro à Beira-Mar;

O Cemitério Municipal, situado num penhasco à Beira-Mar;

O Templo do Rock (museu-residência do roqueiro Serguei);

O Mirante do Morro da Cruz;

O Centro de Treinamento de Vôlei da CBV;

A Rampa de Voo livre.

Cachoeiras do Tingui (no 3º distrito de Saquarema)

Casa de Cultura Walmyr Ayala.

Trilha dos Goonies

Festas Religiosas

Dentre as festas religiosas, pode-se citar, como a de maior destaque, a de Nossa Senhora de Nazareth (Padroeira do Município), que ocorre do dia 30 de agosto a 8 de setembro, que se traduz na maior manifestação religiosa do Estado do Rio de Janeiro e o mais antigo círio de Nazaré do país, datado de 1630, sendo mais antigo até mesmo que o famoso Círio de Belém, no Pará, sendo reconhecido em Setembro de 2009 pela Diretoria do Círio de Nazaré de Belém do Pará, quando da ocasião da visita da Imagem de Nossa Senhora de Nazareth, de Belém do Pará, ao município.[carece fontes]Saquarema possui, também, uma tradicional celebração da Semana Santa. O Beija-Mão, o Canto da Verônica, a Banda de Música com as marchas fúnebres e os personagens históricos representados na Procissão do Enterro, na Sexta-feira Santa, causam emoção ao relembrar o sepultamento de Jesus.

Outra festividade muito tradicional no município (desde 1740, introduzida pelo Barão de Saquarema) é a Festa do Divino Espírito Santo (Pentecostes), que ocorre cinquenta dias após a Páscoa e que constitui uma grandiosa manifestação popular e cultural, com a Folia do Divino (uma das únicas cidades do Brasil a ter essa manifestação popular) e suas insígnias (Estandarte, Bandeira do Divino, Bandeira de Gala, Coroa de prata, além do cortejo do Menino Imperador). Essas são as três maiores festividades do município e, por isso, vem sendo pleiteado que tais festividades possam ser incluídas como Patrimônio Histórico Imaterial Municipal e Estadual devido à sua abrangência e, assim, possam ser preservadas e continuem sendo manifestações que, todos os anos, atraem milhares de turistas,romeiros e devotos à cidade.

Em Maio/Junho ocorre a Festa de Corpus Christi, em que são confeccionados tapetes coloridos de sal grosso no centro histórico da cidade. No mês de Junho ocorrem ainda as seguintes festas: Santo Antônio (13 de Junho), Padroeiro de Bacaxá, Segundo Distrito; São João Batista (24 de Junho), no centro da cidade; e São Pedro (29 de Junho), na Praça dos Pescadores, com Procissão Marítima.

Em conjugação as Festas dos Padroeiros, o Colégio Estadual Oliveira Viana realiza tradicionalmente o maior Arraiá do município (primeira semana de agosto), desde 2017.

“Capital do Surfe”

Praia de Itaúna, mundialmente conhecida pelos campeonatos de surf.

Saquarema, através de suas praias, especialmente a de Itaúna, é conhecida como a capital brasileira do surf por suas ondas perfeitas e indescritível beleza e força.

Poucos lugares no Brasil possuem ondas com o porte das de Saquarema e por isso, na década de 70, começou a sediar os saudosos festivais de surf.

Por isso, Saquarema é conhecida por ser a “Capital Brasileira do Surf” e também é chamada por muitos surfistas de “Maracanã do Surf Brasileiro”.

Saquarema em 2017 passa a ser novamente parte do circuito mundial de surf, com o WSL (World Surf League), competição que corresponde a divisão de elite do esporte, a cidade não realizava a etapa brasileira desde 2002. A etapa teve como campeão o surfista brasileiro Adriano de Souza, conhecido como Mineirinho.

ASPECTOS E INDICADORES SOCIAIS, ECONÔMICOS E FINANCEIROS

ECONOMIA

PIB per capita [2019]	120.175,92 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,709
Total de receitas realizadas [2017]	302.249,54 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	247.728,14 R\$ (×1000)

TRABALHO E RENDIMENTO

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2020]	1,7 salários mínimos
Pessoal ocupado [2020]	18.696 pessoas
População ocupada [2020]	20,6 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	36,3 %

AUTONOMIA, PODERES E SÍMBOLOS MUNICIPAIS. DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO. COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS: PRIVATIVAS, COMUNS E SUPLEMENTARES. VEDAÇÕES

Administração pública

Poder Executivo:

A atual Prefeita de Saquarema é Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, popularmente conhecida como Manoela Peres (DEM), eleita em 2016, com 23.600 votos, correspondendo a 51.20% dos votos válidos.

Poder Legislativo:

O Poder Legislativo é representado pela Câmara municipal, composta por treze vereadores com mandato de 4 anos. Cabe aos vereadores na Câmara Municipal de Saquarema, especialmente fiscalizar o orçamento do município, além de elaborar projetos de lei fundamentais à administração, ao Executivo e principalmente para beneficiar a comunidade. Foram eleitos em 2016, para o período 2017-2020, os seguintes vereadores:

- Adriana de Vander (Presidente)
- Roger Gomes
- Bebeto do Rio Seco
- Abraão da Melgil
- Evanildo Ferreira (Vanildo de Jaconé)
- Dra^a Raquel Oliveira
- Janderson da Educação
- Elisia Rangel
- Rodrigo Borges
- Bruno Pinheiro
- Taeta
- Marcel Chagas
- Eduardo Melo

SÍMBOLO DO MUNICÍPIO



ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: CÂMARA E PREFEITURA. CÂMARA MUNICIPAL: FUNÇÕES, COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS, POSSE, FUNCIONAMENTO. CONCEITOS SOBRE MANDATO, LEGISLATURA, SESSÃO LEGISLATIVA, SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS; COMISSÕES PERMANENTES E ESPECIAIS. REGIMENTO INTERNO, PROCESSO LEGISLATIVO. MESA DIRETORA: MEMBROS, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO. NÚMERO DE VEREADORES NA CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA. CONVOCAÇÕES DA CÂMARA E PRAZO PARA OS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO PRESTAREM INFORMAÇÕES E APRESENTAREM DOCUMENTOS REQUISITADOS PELA CÂMARA

Tripartição do Poder

Na Constituição Federal encontramos a chamada “tripartição do Poder” onde fundamentam suas respectivas existências o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Assim o município dispõe de dois dos três poderes constituídos: o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Município é a unidade territorial e política,

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Docente-2 - Educação Física

EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Na prática recai nas ações pedagógicas [Disponível em <https://www.webartigos.com/artigos/fundamentos-e-metodologia-do-ensino-da-educacao-fisica-escolar/49414> Acesso em 12.07.2022] desenvolvidas nas aulas, pautadas em um eficaz planejamento da ação pedagógica, bem como da avaliação. É ressaltada, ainda, a importância da função do professor no procedimento de organização dos seus programas de ensino, das ações metodológicas que deverão implementar para provocar a aprendizagem crítica e de qualidade.

A Educação Física tem os mesmos procedimentos pedagógicos de planejamento, execução e avaliação. Sendo a prática pedagógica é uma totalidade abrangente, o plano didático deverá elucidar componentes como o conhecimento da realidade, a observação, a verificação e a reflexão epistemológica para tratamento do conhecimento da motricidade humana.

Portanto, diante deste contexto a Educação Física procura uma educação integral do corpo, mente e espírito, assim a descoberta da corporeidade pelas crianças confirma a construção de aprendizagens significativas com qualidade, utilizando o movimento como instrumento pedagógico de desenvolvimento motor e cognitivo.

A cultura do movimento, permite a Educação Física preparar o aluno para ser praticante ativo e lúdico em um compartilhamento social de análise crítica de informações oriundas da mídia. Assim os objetivos não abarcam mais uma visão tradicional e metódica, de passos bem executados. Todavia surgiu uma disciplina que repensando seus objetivos e metodologia possibilita aos alunos uma significação nos motivos e sentidos das práticas corporais.

Dentro desta perspectiva o ato multidimensional do ensinar revela a importância da ação docente, cabendo ao professor o papel de auxiliar os alunos na compreensão do sentir e relacionar-se na cultura corporal de movimento, pois não é foco do ensino o movimento, mas sim do homem em movimento.

Outro ponto fundamental que requer atenção especial é a avaliação do processo de ensino em Educação Física, pois como em toda avaliação alude na ponderação de peculiaridades envolvidas no decorrer do processo, portanto, o eixo propulsor versa: O que avaliar. Caso o professor limite a avaliação a distribuição de uma nota, o caráter da totalidade exercido pela mediação é nulo. Porém quando a avaliação se pauta nas facetas afetivas, sociais e corporais, elucidando aos avanços e desenvolvimentos tanto no campo cognitivo, quanto motor, os objetivos revelam-se na capacidade do sujeito construir sua aprendizagem na mediação do professor, compreendendo e reelaborando sua motricidade, como ação intencional.

Os objetivos e as propostas educacionais da Educação Física foram se modificando ao longo deste último século, e todas estas tendências, de algum modo, ainda hoje influenciam a formação do profissional e as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física.

Ela é uma disciplina que visa o aperfeiçoamento, controle e manutenção da saúde do corpo e da mente do ser humano. Consiste em um conjunto de atividades físicas planejadas e estruturadas para promover o condicionamento físico de crianças, jovens e adultos através da prática de diferentes modalidades esportivas.

No sistema de ensino a disciplina de Educação Física é obrigatória a todos os alunos. O programa oficial do Ministério da Educação pretende promover uma diversidade de conteúdos que devem ser trabalhados com os alunos ao longo do percurso escolar.

Os três blocos estruturados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são:

1. Ginásticas, jogos, esportes e lutas: englobam os esportes individuais e coletivos, jogos tradicionais, lutas e ginásticas diversas;
2. Atividades rítmicas e expressivas: aulas de expressão corporal como teatro e dança seja ela, clássica, contemporânea, folclórica, popular e de salão;
3. Conhecimentos sobre o corpo: aulas teóricas envolvendo conceitos de anatomia e outros aspectos referentes às relações com o corpo em diferentes culturas.

FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A sociedade está evoluindo muito rápido e junto com ela o modo de vida humano, as pessoas estão muito atarefadas, com tempo mínimo e sempre na correria, no estresse, nas cobranças e pressões que suas ocupações acarretam. É nessa conjuntura que temos que encontrar tempo para investir na saúde física e mental.

A Educação Física deve ter a função social de contribuir para que os alunos se tornem sujeitos capazes de reconhecer o próprio corpo, adquirir uma expressividade corporal consciente e refletir criticamente sobre as práticas corporais. Ela veio para somar e contribuir com a educação intelectual e moral nas escolas, uma das responsabilidades dessa disciplina é de instruir e instigar o aluno a opinar e se posicionar criticamente em relação às atuais linhas de cultura corporal de movimento.

O esporte, como prática social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica. Por isso, deve ser analisado nos seus variados aspectos, para determinar a forma em que deve ser abordado pedagogicamente no sentido de esporte escola e não como o esporte "na" escola.

- A principal proposta para a Educação Física é ter a cidadania como um alicerce, ou seja, ela deve formar cidadãos que desenvolvam valores como dignidade, respeito mútuo e solidariedade ao participar de atividades físicas;

- Conhecer, valorizar, respeitar a diversidade das manifestações da cultura corporal;

- Reconhecer-se como parte do meio, praticando atos saudáveis e sabendo que essas práticas são boas para a saúde individual e coletiva;

- Identificar que somos todos diferentes tanto nos conceitos de saúde, como padrão de beleza e desempenho.

- Exigir e organizar espaços adequados para promover atividades físicas e de lazer.

A inclusão significa que as aulas de Educação Física devem ser ministradas para todos os alunos sem exceção, ou seja, sem discriminação ou preconceito com alunos portadores de necessidades especiais, alunos com sobrepeso, alunos de etnias diferentes, alunos repetentes e/ou por gênero.

A importância da Educação Física para a sociedade vai muito além de estética, engloba saúde pública, por isso o educador físico é um profissional da saúde que contribui para o desenvolvimento da qualidade de vida humana.

OBJETIVOS GERAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Os objetivos e as propostas educacionais da Educação Física foram se modificando ao longo deste último século, e todas estas tendências, de algum modo, ainda hoje influenciam a formação do profissional e as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física.

Ela é uma disciplina que visa o aperfeiçoamento, controle e manutenção da saúde do corpo e da mente do ser humano. Consiste em um conjunto de atividades físicas planejadas e estruturadas para promover o condicionamento físico de crianças, jovens e adultos através da prática de diferentes modalidades esportivas.

No sistema de ensino a disciplina de Educação Física é obrigatória a todos os alunos. O programa oficial do Ministério da Educação pretende promover uma diversidade de conteúdos que devem ser trabalhados com os alunos ao longo do percurso escolar.

Os três blocos estruturados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são:

1. Ginásticas, jogos, esportes e lutas: englobam os esportes individuais e coletivos, jogos tradicionais, lutas e ginásticas diversas;
2. Atividades rítmicas e expressivas: aulas de expressão corporal como teatro e dança seja ela, clássica, contemporânea, folclórica, popular e de salão;
3. Conhecimentos sobre o corpo: aulas teóricas envolvendo conceitos de anatomia e outros aspectos referentes às relações com o corpo em diferentes culturas.

AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Na Educação Física a avaliação é a chance de verificar se o aluno aprendeu a conhecer o próprio corpo e a valorizar a atividade física como fator de qualidade de vida. Portanto, nada de considerar apenas a frequência às aulas, o uniforme ou a participação em jogos e competições - nem comparar os que têm "veia" de campeão com os que não têm. Não há uma única fórmula pronta para avaliar, mas é essencial detectar as dificuldades e os progressos dos estudantes. "O mais indicado é não utilizar um só padrão para todos, mas fazer um diagnóstico inicial para poder acompanhar o desenvolvimento de cada um", resume Alexandre Moraes de Mello, diretor da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em fichas, a evolução

Cleverson da Silva, professor do Colégio Estadual Núcleo Social Yvone Pimentel, em Curitiba, sempre verifica a condição física de seus alunos. No começo de 2002 ele notou que Karoline Pialecki, da 6ª série, tinha pouca flexibilidade para a idade e as condições físicas. Silva deu alongamentos em todas as aulas e, em agosto, repetiu o teste (fotos ao lado). A menina tinha evoluído 11 pontos.

"Hoje o passatempo dela e das amigas é fazer exercícios na hora do intervalo", diz. Para perceber os avanços de cada aluno, Silva criou fichas em que anota a evolução aula por aula. Outros instrumentos muito úteis são relatórios, dinâmicas, redações e autoavaliações.

O caminho das pedras

Na Educação Física, como em todas as outras áreas, para avaliar bem é preciso definir os objetivos, pois eles determinam o conteúdo a ser trabalhado e os critérios para observar a evolução da aprendizagem.

Exemplos: descobrir o próprio corpo para utilizá-lo melhor em atividades motoras básicas (correr, saltar) ou específicas (passes no basquete ou handebol, chutes no futebol) e compreender e respeitar as regras de um jogo e agir cooperativamente.

As primeiras aulas funcionam como referência, para que o professor faça a análise inicial da turma, observando e registrando as características de cada estudante. Independentemente de o grupo conhecer ou não a atividade, é preciso explicar, desde o início, os motivos pelos quais ela faz parte do programa, quais os movimentos, as capacidades e as habilidades que serão trabalhadas e que aspectos serão avaliados, coletiva e individualmente. "O estudante precisa conhecer quando e como será julgado", explica Caio Martins Costa, consultor na área de Educação Física do Colégio Friburgo, em São Paulo.

Prazer de ver avançar quem tem pouca aptidão

É comum o professor de Educação Física encher os olhos quando vê alunos habilidosos nos esportes. Alexandre Moraes de Mello propõe olhar também de modo inverso.

"A criança com pouca vivência motora é a mais importante para o trabalho docente, justamente porque representa um desafio", diz. Com esse tipo de estudante é preciso aplicar métodos adequados para trabalhar suas dificuldades específicas. Mello afirma que agir dessa maneira compensa, pois o prazer de ver o crescimento do estudante não tem preço.

Os três focos

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam três focos principais de avaliação na Educação Física:

1. Realização das práticas É preciso observar primeiro se o estudante respeita o companheiro, como lida com as próprias limitações (e as dos colegas) e como participa dentro do grupo. Em segundo lugar vem o saber fazer, o desempenho propriamente dito do aluno tanto nas atividades quanto na organização das mesmas. O professor deve estar atento para a realização correta de uma atividade e também como um aluno e o grupo formam equipes, montam um projeto e agem cooperativamente durante a aula.
2. Valorização da cultura corporal de movimento É importante avaliar não só se o educando valoriza e participa de jogos esportivos. Relevante também é seu interesse e sua participação em danças, brincadeiras, excursões e outras formas de atividade física que compõem a nossa cultura dentro e fora da escola.
3. Relação da Educação Física com saúde e qualidade de vida É necessário verificar como crianças e jovens relacionam elementos da cultura corporal aprendidos em atividades físicas com um conceito mais amplo, de qualidade de vida.

Fonte:

<https://novaescola.org.br/conteudo/1219/como-avaliar-na-educacao-fisica>

SILVA, S. A. P. S. **Portas Abertas para a Educação Física: falando sobre abordagens pedagógicas.** São Paulo: Phorte, 2013.

Por: Daniel Teixeira Maldonado

PAPEL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Todo processo de ensino-aprendizado constitui-se nas relações que se estabelecem entre professor-aluno no ato de educar. Portanto, quando se ensina o esporte, também se ensina pelo esporte. No esporte, duas perspectivas pedagógicas se complementam:

- Ensinar o esporte – implica como proceder ao ensinar os esportes e qual a abordagem metodológica para se ensiná-lo.
- Ensinar pelo esporte – considera o esporte como meio para desenvolvimento de competências, comportamentos, atitudes, valores.

Não é possível separar as duas abordagens. Quando se ensina o esporte ensina-se também pelo esporte. O processo pedagógico constitui uma rua de mão dupla, relacionando o conhecimento do esporte de forma crítica e reflexiva, com os aspectos inerentes ao desenvolvimento da cidadania.

Para Oliveira (2009) o papel do professor deve ser o de interventor intencional. Sua programação e formas de atuação precisam direcionar-se no sentido de mediar o aluno para que possa progredir em seus conhecimentos e habilidades, mediante propostas educacionais capazes de estabelecer desafios que despertem a busca de soluções dinamizando sua vivência e relações interpessoais.

Em relação à atuação do profissional de Educação Física, é importante considerar que o trabalho pedagógico não está restrito à fala, à escrita e aos conceitos matemáticos, apesar de sua essencialidade na educação. A Educação Física, em todas as suas aplicações, atua de modo indispensável para adquirir, compreender, interpretar e produzir conhecimentos.

METODOLOGIA E DIDÁTICA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A metodologia na perspectiva crítico-superadora implica um processo que acentue, na dinâmica da sala de aula, a intenção prática do aluno para apreender a realidade. Por isso, entendemos a aula como um espaço intencionalmente organizado para possibilitar a direção da apreensão, pelo aluno, do conhecimento específico da Educação Física e dos diversos aspectos das suas práticas na realidade social.

Segundo Libâneo (2008, p. 159), não é suficiente, pois, “passar” a matéria; é preciso que a matéria se converta em problemas e indagações para os alunos. A função deste componente do plano de ensino, o desenvolvimento metodológico, é articular objetivos e conteúdos com métodos e procedimentos de ensino que provoquem a atividade mental e prática dos alunos (resolução de situações-problemas, trabalhos de elaboração mental, discussões, resolução de exercícios, aplicação de conhecimentos e habilidades em situações distintas das trabalhadas em classe etc.).

As tendências pedagógicas dividem-se em dois grandes grupos:

- As tendências liberais não questionam os fundamentos da sociedade de classes (capitalista), por isso pretendem o desenvolvimento de aptidões individuais que preparem as pessoas para o desempenho de papéis sociais. As tendências liberais estudadas foram: a Tradicional, a Renovada Não Diretiva, a Renovada Progressista e a Tecnicista.
- As tendências progressistas fazem a crítica à sociedade de classes e à contribuição da escola liberal para o desenvolvimento do capitalismo. Buscam não só transformar as relações de ensino-aprendizagem, mas a própria sociedade capitalista. As tendências progressistas estudadas foram: a Libertadora, a Libertária e a Crítico-Social dos Conteúdos.

A prática educacional deve estar orientada para alcançar determinados objetivos, através de ações sistemáticas e intencionais. Os objetivos educacionais expressam explicitamente propósitos definidos em relação ao desenvolvimento de determinadas qualidades humanas que todos precisam adquirir para serem capazes de participar das lutas sociais de transformação da sociedade. “O caráter pedagógico da prática educativa está, precisamente, em explicitar fins e meios que orientem tarefas da escola e do professor para aquela direção. Em resumo, podemos dizer que não há prática educativa sem objetivos”. (LIBÂNEO, 2008, p.120).

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E ABORDAGEM METODOLÓGICA

Todo processo de ensino-aprendizado constitui-se nas relações que se estabelecem entre professor-aluno no ato de educar. Portanto, quando se ensina o esporte, também se ensina pelo esporte. No esporte, duas perspectivas pedagógicas se complementam:

- Ensinar o esporte – implica como proceder ao ensinar os esportes e qual a abordagem metodológica para se ensiná-lo.
- Ensinar pelo esporte – considera o esporte como meio para desenvolvimento de competências, comportamentos, atitudes, valores.

Não é possível separar as duas abordagens. Quando se ensina o esporte ensina-se também pelo esporte. O processo pedagógico constitui uma rua de mão dupla, relacionando o conhecimento do esporte de forma crítica e reflexiva, com os aspectos inerentes ao desenvolvimento da cidadania.

Para Oliveira (2009) o papel do professor deve ser o de interventor intencional. Sua programação e formas de atuação precisam direcionar-se no sentido de mediar o aluno para que possa progredir em seus conhecimentos e habilidades, mediante propostas educacionais capazes de estabelecer desafios que despertem a busca de soluções dinamizando sua vivência e relações interpessoais.

Em relação à atuação do profissional de Educação Física, é importante considerar que o trabalho pedagógico não está restrito à fala, à escrita e aos conceitos matemáticos, apesar de sua essencialidade na educação. A Educação Física, em todas as suas aplicações, atua de modo indispensável para adquirir, compreender, interpretar e produzir conhecimentos.

Prática pedagógica - Sugestões de ordem metodológica

A prática docente efetiva deve considerar os seguintes aspectos em relação às metas estabelecidas para o(a) aluno(a) no esporte educacional:

- Participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminação por características físicas, sexuais ou sociais.
- Adotar dentro das atividades práticas da cultura corporal de movimento atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade, repudiando qualquer espécie de violência.
- Reconhecer-se como elemento integrante ao ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando melhoria da saúde coletiva.
- Trabalhar as regras de cada modalidade específica.
- Utilização nos treinos e jogos dos equipamentos de cada esporte.
- Desenvolver atividades com a intenção de trabalhar as modalidades existentes nos jogos olímpicos e paraolímpicos.